


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

**SENTENÇA**

Processo nº: **1002200-26.2014.8.26.0566**  
Classe - Assunto: **Mandado de Segurança - Apreensão**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Daniel Felipe Scherer Borborema

**RELATÓRIO**

**COOPERNORPI COOPERATIVA AGRÍCOLA DO NORTE PIONEIRO e UNION ALGODOEIRA LTDA** impetram mandado de segurança contra ato **DELEGADO DO PRIMEIRO DISTRITO POLICIAL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**. Alegam: que compraram algodão de *Diego Kenji Murofuse*, produtor rural, e o revenderam à *Fiação Rossignolo Ltda.*; que contrataram o transporte do algodão rural, a ser levado da propriedade rural de *Diego Kenji Murofuse* diretamente ao estabelecimento da *Fiação Rossignolo Ltda.*; por isso determinaram que a mercadoria fosse retirada da propriedade rural do vendedor inicial e entregue no estabelecimento dessa empresa; que, todavia, antes de a mercadoria ser entregue no destino, foi apreendida pela polícia, em razão de ordem judicial emanada de um processo cível movido contra *Mauro Eiiti Murofuse*; que *Mauro Eiiti Murofuse* não vendeu nada à impetrantes, e sim *Diego Kenji Murofuse*, portanto a ordem judicial não alcança a mercadoria em discussão e que foi apreendida; que tal mercadoria deve ser liberada para entrega à *Fiação Rossignolo Ltda.*

A liminar foi indeferida (fls. 72).

A autoridade impetrada prestou informações (fls. 128/129) salientando que não ordenou o retorno da carga à origem do transporte, e que isso foi decidido pelas próprias partes.

O Ministério Público declinou de sua intervenção (fls. 231).

**FUNDAMENTAÇÃO**

O mandado de segurança deve ser denegado, pois a autoridade impetrada não determinou a apreensão da carga, assim como não determinou a devolução da carga à origem. As informações (fls. 128/129) e o boletim de ocorrência (fls. 130/134) mostram-nos que a decisão de devolver a carga à origem foi consensual, sem que corresponda a qualquer ato coativo do impetrado.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

Logo, com as vênias merecidas, o mandado de segurança não é a medida judicial cabível para as impetrantes demandarem o reconhecimento de eventuais direitos decorrentes do contrato de compra e venda de algodão, lide estritamente privada.

Aliás, isso fica bem evidente pelas questões civis que estão sendo levantadas pelas impetrantes no curso deste processo, a propósito de a carga em discussão estar ou não abrangida em processo judicial cível em andamento noutra comarca, o que não deve ser solucionado aqui, e sim na própria ação judicial cível em andamento ou outra a ser proposta pelas impetrantes.

O que se constata, de qualquer maneira, é que não houve ilegalidade ou abuso de poder da parte da autoridade impetrada, que limitou-se a transcrever ou a determinar que o escrivão transcrevesse, no boletim de ocorrência, o acordo privado dos envolvidos a propósito da devolução do algodão à origem.

**DISPOSITIVO**

Ante o exposto, **DENEGO** a segurança.

Sem condenação em honorários, no *writ*.

P.R.I.

São Carlos, 18 de junho de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME  
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**